



# Anais da Assembléia

Nº 15

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 1979.

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1979

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Sob o nº 057/79, do Senhor Emílio Edson Costa, Diretor Presidente da MINEROPAR, no qual encaminha a esta Casa o balanço geral do Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM, concernente ao exercício financeiro de 1978. Informa que voltados aos trabalhos preliminares de estruturação para início das atividades da Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, (19.05.78), permaneceu o referido Fundo praticamente sem ser ativado conforme se depreende do respectivo Balanço Geral, ocorrência que nos leva a deixar de anexar o Relatório pertinente. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 05/79, do Senhor Manoel José Silva, Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro - Estado de São Paulo, solicitando o indispensável apoio dos Senhores Parlamentares, no Requerimento nº 23/79, de autoria do Vereador Mário Alem, protestando contra o acréscimo de 5 a 10% à alíquota do Imposto de Renda retido na fonte e considerando como mais justo o estabelecimento de uma taxa compulsória excepcional para casos de calamidade pública. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 06/79, do Senhor Manoel José Silva, solicitando o indispensável apoio dos Senhores Parlamentares, para as medidas pleiteadas no corpo do Requerimento nº 24/79, de autoria do Vereador Mário Alem, cujo teor é o seguinte:

CONSIDERANDO, que pelos dados fornecidos pela CACEX a Petrobrás, em 1978, exportou 354 milhões de litros de óleo diesel, à razão de Cr\$ 2,60 o litro, contra o preço de Cr\$ 4,50 vendido no comércio interno;

CONSIDERANDO, que o Ministro Shigeaki Ueki, afirmou exportar gasolina a Cr\$ 5,00 o litro, contra os Cr\$ 9,60 do comércio interior;

CONSIDERANDO, que se a PETROBRÁS está exportando o óleo diesel e gasolina pela metade dos preços, isto indica que não há razões para o racionamento, nem para o abusivo preço cobrado internamente, com a desculpa de que o produto possa vir a faltar. — **Ao conhecimento da Casa.**

#### Telegrama nos seguintes termos:

AGRADECENDO CONVITE SESSÃO SOLENE POSSE EXCELENTÍSSIMOS SENHORES GOVERNADORES ET VICE-GOVERNADORES DESSE ESTADO VG QUAIS TENHO HONRA FELICITAR VG CONGRATULOME ESSA EGREGIA ASSEMBLÉIA POR ESSA ELEVADA EXPRESSÃO DE RENOVACÃO DEMOCRÁTICA PT SDS

ALYSSON PAULINELLI MINISTRO AGRICULTURA PT - **Ao conhecimento da Casa.**

#### Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Atendendo solicitação regimental desta Presidência, comunico a V. Ex.ª que é a seguinte a representação da bancada do MDB para compor a CPI da Ecologia:

#### MEMBROS TITULARES:

DENI SCHWARTZ

RENATO BERNARDI

GERNOTE KIRINUS

**Membros Suplentes:** TRAJANO BASTOS — ANTÔNIO FACCI — DARCY DEITOS.

Na oportunidade, renovo a V. Ex.ª os meus protestos de estima e apreço.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Indico, na qualidade de Líder da ARENA, os Senhores Deputados EZEQUIAS LOSSO, LÁZARO DUMONT, QUIELISE CRISÓSTOMO e AUGUSTO CARNEIRO, para comporem como membros efetivos, da Comissão Parlamentar de Inquérito, que estudará o problema da Ecologia em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata, nos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento da Senhora JÚLIA MARTINETZ, ocorrido no dia de ontem, na cidade de Rio Azul, deixando viúvo o Senhor Nestor Leônidas Martinetz, ex-Prefeito daquela cidade.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, se dê ciência aos seus familiares, residentes em Rio Azul.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) JOÃO MANSUR

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor VICTOR FURTADO, ocorrido na cidade de São Jorge do Ivaí.

Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) RENATO BERNARDI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o douto Plenário desta Casa, a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor VICTOR FURTADO, ex-Vereador de São Jorge do Ivaí.

Seu falecimento deixou um grande vazio na sociedade local, tendo em vista seus dotes pessoais, além de ter sido um político atuante, e um dos pioneiros de São Jorge do Ivaí.

Da decisão do Plenário, se dê ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho Alencar Furtado, presidente do MDB de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da Casa, de um voto de pesar pelo falecimento de ALBERTO CAMPOS PACHECO, na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) NILSO SQUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu na última sexta-feira, na cidade de Santa Isabel do Ivaí, vítima de insidiosa moléstia, o Senhor Alberto Campos Pacheco, autêntico pioneiro daquela região.

O extinto, procedente do interior paulista, ainda nos idos de 1952, acompanhado de sua família, fixou residência naquela cidade do noroeste paranaense, trabalhando como gerente do armazém geral da Companhia de Abastecimento Santa Isabel - CASISA -, de propriedade da Companhia Terquínio Marques Ferreira e Outros, empresa responsável pela fundação e colonização de Santa Isabel do Ivaí.

Já em 1953, assumiu a direção do cinema local, construindo também pela firma colonizadora, tornando-se proprietário daquela casa, até poucos anos atrás.

De espírito jovial, Alberto Campos Pacheco, sempre esteve à frente das promoções festivas para comemoração das datas solenes de fundação da cidade, aniversário do município e outras efemérides. Era presença sempre requisitada e marcante em quaisquer solenidades ou eventos. Foi fundador e presidente do Clube Recreativo II de Julho.

As crianças da época, hoje adultos e chefes de família, talvez sejam, com exceção de seus familiares, os que mais tenham lamentado o desaparecimento daquele que sempre por elas viveu cercado, acarinhando e acarinhado. Justa a determinação do Executivo Municipal izabelense, em decretar luto oficial por três dias, pois, realmente, o município veio a perder um de seus fundadores que mais o amou, pois ao sentir a proximidade do fim, ainda na cidade de Santos, onde se encontrava nos últimos anos, Alberto Campos Pacheco manifestou desejo de voltar para Santa Isabel do Ivaí, fazendo entender que lá queria ser sepultado.

Alberto Campos Pacheco, deixa viúva, sua afável e amorosa companheira, dona Amélia.

Deixa filhos e genros, todos entregues à árdua tarefa do Magistério.

Deixa netos.

Todos saudosos, mas orgulhosos de sua memória.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado nos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao diplomata BERNARDO PERICÁS NETO à sua indicação como porta-voz do Ministério do Exterior.

Bernardo Pericás Neto, é membro de tradicional família paranaense, e sua atuação no Itamarati, muito tem engrandecido o nome do nosso Estado, dando mostra disso, inclusive, quando atuou como Conselheiro, chefiando o Setor-África 2. Sua elevação a este alto posto em nossa chancelaria, bem demonstra sua capacidade, o que é motivo de orgulho para todos nós paranaenses.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações aos Srs. Radialistas, por terem sido os mesmos atendidos com a Lei que regulamenta sua profissão.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação do Plenário, para aprovar um voto de louvor aos Drs. ARI DORIVAL MAZZER, MM.DD. Juiz de Direito da Comarca de Londrina, e aos Promotores de Justiça, OSMAN DE SANTA CRUZ ARRUDA e SERVIO BORGES DA SILVA, pela corajosa participação no processo criminal que envolveu a trágica morte da menor NEILA RIBEIRO.

Que da decisão se comunique às autoridades homenageadas, bem como ao colendo Tribunal de Justiça e à Procuradoria Geral da Justiça.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme exposição verbal da tribuna.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, requer à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente dirigido à RADIPAR, encarecendo seja estendido o serviço de transmissão de sinal das Emissoras de Televisão do Estado do Paraná aos Municípios de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, e municípios adjacentes.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) PALÁCIOS

#### JUSTIFICATIVA:

A medida ora pretendida no presente requerimento, se concretizada, atenderá uma das maiores e mais prósperas regiões do Estado do Paraná, que hoje só recebe sinais de emissoras paulistas, em evidente prejuízo para o nosso Estado, tanto de ordem social, política, como econômica. Os municípios que

congregam o Norte Pioneiro, hoje, encontram-se integrados por rodovias e, no entanto, recebem comunicações televisionadas oriundas do Estado de São Paulo, desnaturando a economia paranaense, cujos titulares de empresas crescem seus investimentos de publicidade nas Emissoras Paulistas. A par dessa grave situação, acresça-se ainda, que as notícias políticas dirigidas ao povo, na intenção de melhor informá-lo sobre os acontecimentos de sua terra, não encontram veículos suficientes à sua penetração, vivendo as comunas a atentar sobre o progresso de outro Estado, desconhecendo as realizações paranaenses. Assim, somente com a concretização do aqui pleiteado, daremos conta à população das grandes realizações dos homens públicos do Paraná, proporcionando, ainda, o lazer que merece o contingente populacional integrante daquela faixa territorial do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer a V. Ex.<sup>a</sup>, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando informações urgentes, sobre quantos metros de asfalto foram executados no perímetro urbano de Araruna, mais precisamente, na Rua Duque de Caxias, dando continuação a ligação com Peabiru, qual o seu custo e, qual foi a participação do supracitado município.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) Darcy Deitos

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, solicita o envio de ofício ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de urgenciar a construção da Escola Profissional "República Argentina", em terreno próprio, terreno este já existente, doado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, na gestão do Dr. Ivo Arzuza Pereira.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) Tuguio Setogutte

#### JUSTIFICATIVA:

A referida escola profissionalizante, orgulho de todos os paranaenses, tem encontrado no curso de seus quase cem anos de existência e mais em épocas recentes, terríveis dificuldades para o seu funcionamento, haja vista a sua recente mudança para a escola N. S. do Perpétuo Socorro, onde vem funcionando em caráter precário.

Justifica-se por si só, o presente requerimento, em virtude da referida escola, ser reconhecidamente de grande utilidade à nossa comunidade e de já ter formado profissionais que inscreveram os seus nomes na história do Paraná, deixando marcas de vultos eméritos.

A escola atende até duzentos alunos de ambos os sexos, com idade mínima de 14 anos e, diante disso, nada mais justo que Curitiba poder continuar contando com tão prestimoso estabelecimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ofício ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. NELSON JORGE, DD. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando estudos para a implantação de uma agência do I.P.E., no Município de Formosa do Oeste, jurisdicionando os Municípios de Nova Aurora e Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) Edilson Alencar

#### JUSTIFICATIVA:

O pedido em tela encontra guarida tendo em vista o vertiginoso progresso experimentado pela região acima onde se aglutina um elevado contingente de funcionários públicos que necessitam de assistência odontológica e médico-hospitalar. A medida ora solicitada viria a evitar o deslocamento dos mesmos a outros centros, diminuindo conseqüentemente as despesas dessa já sacrificada classe propulsora do progresso de nosso Estado.

Salientamos ainda, que a efetivação da medida ora proposta virá também em benefício do próprio Estado, que oferecendo assistência mais perto do local de trabalho do elemento, diminuirá sensivelmente as faltas verificadas para a procura de assistência, podendo o elemento dessa maneira, contribuir com maior eficiência para o bom andamento da máquina administrativa, pois sabe que pode contar, em caso de necessidade, com uma pronta e eficiente assistência por parte desse instituto, que procura dar ao funcionário um atendimento cada vez melhor, valorizando assim toda uma classe de trabalhadores que de maneira tão digna e anônima ajudam a fazer do Paraná um Estado cada vez mais forte e respeitado dentro do cenário nacional.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. GILBERTO GERALDO GARBI, DD. Presidente da TELEPAR, solicitando a entrega dos telefones adquiridos pelos futuros usuários de Capitão Leônidas Marques, bem como do Distrito de Boa Vista da Aparecida, naquele município.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo tivemos notícia, há mais de um ano os futuros usuários de telefones em Capitão Leônidas Marques já completaram o pagamento de seus contratos, e até a presente data não foram iniciados os trabalhos de construção da rede telefônica.

O mesmo ocorre em relação ao Distrito de Boa Vista da Aparecida, cujos pagamentos já atingem a casa dos 50%, sem que haja qualquer movimento para a implantação da rede.

Em ambas as localidades só existe um posto telefônico, o chamado P.S., o qual não supre as deficiências daquele próspero município paranaense.

A falta de cumprimento das cláusulas contratuais, se confirmada, não é digna do conceito desfrutado pela Companhia Paranaense de Telecomunicações.

Ao lado desse fato, devemos considerar que o município de Capitão Leônidas Marques contribui em grande parte para a arrecadação do Estado e não pode ficar marginalizado de seu sistema de comunicação telefônica.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o discurso proferido pelo Doutor ALCIDES MUNHOZ NETTO, ao paraninfar a turma de 1978 de Bachareis em Direito da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de registrar a presença do Sr. José A. Jacomelli, Secretário do Sindicato Rural de Mamborê.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte, inscrito.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desta tribuna hoje, presto as mais sinceras homenagens e o mais justo reconhecimento ao nosso Governador, Ney Aminthas de Barros Braga, pelo espírito de compreensão, de visão administrativa, e de atenção especial ao ensino profissionalizante, mandando que se transferisse, as instalações e o funcionamento da Escola Profissionalizante "República Argentina", da Rua Adolfo de Oliveira Franco, 22 - Seminário, para que funcionasse de imediato na Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Alto do Cabral, atendendo a nossa solicitação.

Uma justa aspiração de sua diretora, dona Marlene Todeschi de Souza, e de seu corpo docente e discente, para que funcionando bem mais próximo à região central de nossa cidade, possam as pessoas principalmente e com menor poder aquisitivo, com menos gastos de condução, fazer os cursos profissionalizantes gratuitos naquela tradicional escola.

Este estabelecimento de ensino, devido a sua localização distante do centro da cidade, devido ao aluguel que estava sendo dispendido pela Secretaria da Educação estava com dificuldades para prosseguir suas atividades.

Preocupamo-nos, para que os 92 anos de existência e 59 já oficialmente reconhecidos, deste tradicional estabelecimento de Ensino, por onde já ilustres diretores e professores dedicaram parte de suas vidas, não fossem esquecidos, além é claro, de tantos alunos que nela fizeram seus cursos, e deixaram inscritos nos Anais de nossa história e de nossa gente, uma das bonitas páginas de sua grande utilidade para a comunidade curitibana.

Esta escola foi a pioneira no gênero, criada pelo decreto n.º 88 de 1890, fundada pelo grande cenógrafo, pintor e escultor português Antônio Mariano de Lima e ainda hoje é a única em nossa Capital, no gênero, mantida pela Secretaria da Educação.

A escola atende até a 200 alunos de ambos os sexos com idade mínima de 14 anos.

Foi em 1934, no dia do aniversário da Independência da Argentina, o então interventor Manoel Ribas, inaugurou uma placa acrescentando à "República Argentina", a Escola Profissional Feminina, na época, de onde a sua denominação até esta data.

Mas a nossa luta não está encerrada com a mudança do estabelecimento para o Alto do Cabral. A escola possui um terreno doado pela Prefeitura, na gestão do Dr. Ivo Arzua Pereira em 1965, por empenho do general Alípio Ayres de Carvalho, cuja pedra fundamental foi solenemente colocada pelo Departamento de Viação e Obras Públicas, e por isso, Senhor Governador, Senhor Secretário da Educação, Dr. Edson Machado, que esperamos, seguindo as plantas que se encontram atualmente à disposição na Fundepar, sejam iniciadas as obras de sua construção, para que, de uma vez por todas, aquela já quase centenária e tradicional escola, orgulho de todos nós, em prédio próprio sejam estabelecidas, definitivamente em local e endereços próprios.

Confiamos, mais uma vez, Sr. Governador, no alto espírito de homem ligado ao ensino, homem ligado à faixa populacional mais carente de recursos, fazendo e ordenando a construção para que este estabelecimento, este patrimônio da cultura e do ensino paranaense, sejam, de uma vez por todas, assegurados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há aproximadamente 4 anos, estamos fazendo gestões

junto à Secretaria de Transportes e ao Departamento de Estradas de Rodagem; simultaneamente, a contato com S. Ex.ª o ex-Governador do Estado, para solucionar uma série de problemas de rodovia do Município de Cascavel, especialmente no Distrito de Cafelândia, que detém uma das maiores cooperativas do Oeste do Paraná, Cooperativa Agrícola Consolata.

Essa estrada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é promessa, depois das gestões que aqui vivemos fazer, depois de projetos de lei autorizando o Governo do Estado a construir. Depois desta Assembléia ter aprovado nosso projeto de lei, fizemos vários outros requerimentos, houve plena concordância do Governo do Estado em construir a via asfáltica de acesso entre a BR-369 e o Distrito de Cafelândia, no Município de Cascavel e eventualmente com uma ligação que demandaria de Cafelândia à Nova Aurora. Isso corresponderia a um trecho aproximado de 22 quilômetros.

E levantamos ainda o argumento aqui desta tribuna, que o atraso no pagamento dos funcionários públicos, de 3 meses, acarretaria a possibilidade financeira do Governo empreender esta obra.

Entretanto, foram-se as eleições municipais de 1976. Buscaram, inclusive, argumento nesta mesma estrada para as eleições de 1978, e já estamos a caminho, se ocorrerem as eleições de 1980, do Governo usar o terceiro ano político para argumentar com aquela estrada e viabilizar esta obra, no Distrito de Cafelândia, Município de Cascavel.

Venho reclamar de S. Ex.ª o novo Governador do Estado, para, prestando uma homenagem, sobretudo aos agricultores daquela região, sobretudo às divisas que aqueles agricultores carregam para os cofres públicos do Estado e da Nação, viabilizar de uma vez por todas essa pavimentação que demanda o trecho de Nova Aurora-Cafelândia à BR-369, e, se possível, com a maior urgência, já que se iniciam novas metas administrativas através desse novo Governo.

Recebo aqui, Sr. Presidente, uma moção da Câmara Municipal de Cascavel, fazendo um apelo veemente para que o Governo do Estado se sensibilize com a necessidade desta obra, que não é uma obra que deve ser levada, equacionada, colocada em evidência, simplesmente nas épocas eleitorais.

É necessário que o Governo do Estado não trace, — como disse aqui desta tribuna o eminente Deputado Deitos, de Campo Mourão, — é necessário que o Governo coloque no chão, que implante, construa, as obras que os mapas aceitaram como se já estivessem asfaltadas.

É necessário e imperioso, Sr. Presidente, que se coloque, de uma vez por todas, a regularização. E vamos inverter a ordem dos fatores: já que do mapa consta esta estrada também, vamos viabilizá-la, vamos construí-la, vamos dá-la ao Paraná, porque o Paraná tem interesse não só social, mas tem interesse econômico nessa estrada.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente. Antes, porém, a Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em nosso plenário, do Vereador de São José dos Pinhais, Sr. Osmar Lipinski.

Com a palavra o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Venho hoje à tribuna para tecer algumas considerações sobre o intervencionismo do Estado e da União nos municípios paranaenses.

Antes, porém, gostaria de tecer algumas considerações constitucionais. (Lê):

"Claro e conciso, José Antônio Pimenta Bueno definiu, há mais de cem anos, no seu "Direito Público Brasileiro e Aná-

lise da Constituição do Império", o papel desempenhado pelo Município no organismo nacional:

"A população de cada cidade, vila ou Município, forma, pela natureza das coisas, uma sociedade especial, uma sociedade particular e própria, uma unidade, uma agregação de indivíduos, que faz, sim, parte do Estado, mas que tem seus direitos próprios, suas idéias comuns, suas necessidades análogas e seus interesses idênticos, que demandam regulamentos apropriados à sua índole e especialidades. São como que grandes famílias de membros ligados por tradições, hábitos, propriedades comuns, enfim, por todas as condições que formam uma sociedade íntima, natural e necessária. Não é, pois, uma associação criatura da lei, sim, uma consequência normal da vizinhança, do contato, da mútua dependência, dos gozos e perigos comuns, do complexo de suas numerosas relações diárias. O poder municipal é consequentemente aquele cuja necessidade se faz primeiro sentir que nenhum outro, é a primeira idéia de ordem, de polícia, de autoridade que se manifesta. O Município demanda, pois, Conselho e sua ação peculiar. Este Conselho deve ser formado dentre seus membros, pois que são os mais interessados no bem-ser comum e os que melhor conhecem as condições especiais da localidade. A par disto são os municípios o primeiro foco e elemento do laço social, da agregação nacional e cuja vida muito influi na sorte da nacionalidade."

O Município é pessoa jurídica de Direito Público Interno de terceiro grau, antecedido, respectivamente, pela União e pelo Estado-membro. Compete ao Poder Legislativo Estadual a sua criação, sancionada a lei pelo Poder Executivo, atendidas as exigências constitucionais.

O artigo 15 da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, assegura a autonomia municipal, pela eleição direta do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores e pela administração própria, no que respeita ao seu peculiar interesse, especialmente quanto à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, e quanto à organização dos serviços públicos locais.

As restrições a essa autonomia se originam do § 1.º, pela nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados, dos Municípios considerados estâncias hidro-minerais e dos declarados de interesse da segurança nacional; do § 2.º, que dá competência às Câmaras Municipais para fixação da remuneração dos vereadores, mas dentro dos limites de lei complementar federal, e do § 4.º, que estabelece o número de Vereadores, até o limite máximo de 21, "guardando-se proporcionalidade com o eleitorado do Município"; do § 3.º, que enumera os casos para intervenção do Estado no Município, alguns dos quais absurdos, até ridículos.

Outra forma de lesão da autonomia municipal reside no exame, como "auxílio", das contas do Município pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída essa incumbência, e cujo parecer poderá ser rejeitado somente pelo mínimo de dois terços da respectiva Câmara Municipal. Quando se considera, em termos políticos, a inviabilidade do somatório de dois terços dos votos de uma Câmara Municipal, onde as bancadas partidárias, não raro, estão fragmentadas em dissidências, percebe-se o nítido papel intervencionista do órgão estadual em assuntos de exclusiva competência do Município, como se percebe a flagrante violação do disposto na letra "a" do inciso II do artigo 15 da Emenda Constitucional n.º 1, asseguradora da autonomia municipal quanto à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas.

Por seu idêntico intervencionismo, o Tribunal de Contas da União incorre no mesmo atentado à autonomia municipal, quando exige o absoluto controle na aplicação local das quotas do Fundo de Participação.

Se algum Município ousar um gesto de rebeldia, e não prestar contas a um e ao outro Tribunal, e, sim, apenas, à respectiva Câmara Municipal, estará sujeito a sanções drásticas, porque o Prefeito será responsabilizado criminalmente, e porque o Município deixará de receber as quotas, a que constitucionalmente tem direito, sobre impostos e taxas, em detrimento dos interesses de sua população laboriosa. Conclui-se, daí, que a autonomia municipal é mesa fantasia no reino da Carochinha.

Mais honesto, pois, suprimir-se o item "a" citado, e, em lugar do que estabelece o artigo 24, combinado com o artigo 25, mudar-se completamente a sistemática da arrecadação e da aplicação de rendas municipais, sob o direto e ostensivo controle do Estado e da União. O Prefeito eleito pelo povo não tem voz ativa, não passa de um mamulengo, alvo de suspeita e de aleivosias quando não se submete às conveniências políticas dos poderosos do dia. O que menos importa, na atual conjuntura, é a vontade soberana do Povo, manifestada livremente através das urnas, apesar dos fogos de artifício de uma Constituição, imposta, pela Junta Militar de 1969, a um Congresso Nacional atemorizado pelo recesso abrupto e pelas cassações sumárias.

Sabemos, à luz dos constitucionalistas, que a autonomia municipal abrange os aspectos político, administrativo e financeiro. A autonomia, no aspecto político, é demonstrada através da eleição direta do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, não existindo ela onde o Prefeito seja de nomeação. Autonomia administrativa quer dizer "gerir os serviços públicos locais" pelos mandatários dos municípios, sem ingerência do Poder federal ou do Poder estadual, conforme ensina Cretella Júnior, no seu "Direito Municipal". A autonomia financeira é condição essencial para a realização dos serviços públicos e obras públicas necessárias, donde o clamor generalizado dos Municípios brasileiros no sentido de uma reforma tributária que os fortaleça devidamente.

A arrecadação municipal está muito aquém da realidade e das necessidades vitais do Município, em decorrência das exigências, cada vez mais amplas, da população. Nem sempre, contudo, essas exigências se situam no quadro da competência do Município, mas envolvem a responsabilidade deste no atendimento, porque empenhado em que a coletividade seja sempre bem servida.

O primeiro ponto a esclarecer, quanto à competência do Município, é que diz respeito ao conceito sobre **peculiar interesse**. No caso, consoante Cretella Júnior "**peculiar** não significa, de maneira alguma, interesse **exclusivo**, mas, sim, interesse **predominante**, porque não há assunto municipal que não ofereça também, de certo modo, interesse estadual e federal". "Quando essa **predominância** (e não **exclusividade**) cabe ao Município, ela é incluída no denominado **peculiar interesse** do Município".

Na forma da letra "b" do inciso II do artigo 15 da Emenda Constitucional n.º 1, cumpre ao Município a organização dos serviços públicos locais, não só de organizá-los, mas também de mantê-los em perfeito funcionamento, no interesse da coletividade que representa. A manutenção custa dinheiro, e o dinheiro precisa ser bem aplicado, para que o Prefeito não incorra em crime de responsabilidade, nos termos do Decreto-Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1969 que poderá acarretar-lhe o próprio **impeachment**.

Outra ameaça, não menos grave, vem do parágrafo 3.º do inciso II do artigo 15, que prevê a intervenção do Estado nos Municípios quando:

"a) — se verificar impontualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;

b) — deixar de ser paga, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

f) — não tiver havido aplicação, no ensino primário, em cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária

municipal."

Ora, a receita municipal tende a diminuir, em face da inflação, e, em face desta mesma, os serviços e obras tendem a tornarem-se cada vez mais caros.

Logo, o Prefeito vive permanentemente a política de apertar o cinto, com o máximo de economia em tudo, para atendimento das obrigações decorrentes da folha mensal de pessoal, não raro vultosa, como para o atendimento das obrigações decorrentes da dívida flutuante e da dívida fundada do Município sob pena de sofrer impedimento do mandato, ou de vir o Município a sofrer a intervenção do Estado.

Em "Elementos de Finanças", de 1896, Amaro Cavalcanti já dizia que "**dívida fundada** é aquela cujo pagamento é estipulado em prestações parciais, distribuída por um certo período de anos, vinte, trinta, cinquenta e mais, ou mesmo sem a **fixação de prazo**, para o seu reembolso", e "**dívida flutuante** é aquela cujo pagamento pode ser exigido de imediato, ou em prazo curto e incerto. A forma principal da dívida flutuante é a contraída pela emissão de bilhetes do Tesouro, vencendo juros, resgatáveis em quatro, seis ou mais meses, no exercício financeiro em que são emitidos".

Esclarecidos estes pontos, vejamos, agora, o que se passa nos bastidores político-administrativos, com visível prejuízo para as finanças municipais, pelo fato de que serviços, **da exclusiva competência da União e do Estado**, são custeados, indevida e compulsoriamente, pelas Prefeituras.

Se a receita municipal mal dá para o custeio de obras públicas e de serviços próprios, e se, por isso mesmo, o Prefeito é compelido a cortar na própria carne, restringindo, cada vez mais, as despesas, como justificar o forçado desvio de verbas para pagamento de funcionários e de serviços da União e do Estado?

O pior, em tudo é a desfaçatez com que o governo federal e o governo estadual se vangloriam desses serviços, sem mencionarem, ao menos, a valiosa e compulsória contribuição que, para o sustento deles, vêm dando as Prefeituras.

Muitas Prefeituras, em virtude do precário estado de suas finanças, atrasam o pagamento do seu pessoal e de seus fornecedores. Não fora a imprevista sobrecarga de compromissos financeiros, que teriam de ser exclusivamente do governo federal e do governo estadual, a situação econômico-financeira dos Municípios entraria, indubitavelmente, no regime da normalidade, não sendo necessário o sacrifício, com o atraso de pagamento, dos servidores municipais, dos empreiteiros e dos fornecedores da Prefeitura.

Exemplo típico de amnésia, quanto a importante contribuição das Prefeituras, é a mensagem, de 1.º de março, do Governador Jayme Canet Júnior. No capítulo da Educação, — para citarmos apenas um caso, — S. Ex.ª se vangloriou do número de salas de aulas e do número de professores em funcionamento em todo o território do Paraná. Jorra sangue ainda das feridas do manipulado concurso do magistério, acompanhado de vexames e de humilhações de toda ordem a milhares de beneméritas professoras, injustiçadas, prejudicadas e esquecidas depois de haverem consagrado toda a sua vida à causa do ensino. Enfeitou-se o Governador Canet Júnior com penas de pavão quando se atribuiu todo o mérito sobre a escolaridade da infância paranaense. Não iria dividir as glórias, vaidoso como é, com as Prefeituras que pagaram os vencimentos das professoras. De um Município, com oitenta professoras, sabemos que o Estado pagou somente oito, e as outras 72 correm por conta dos cofres municipais. No relatório, Sr. Canet Júnior surge como salvador da Pátria, dando essas oitenta professoras como pagas somente pelo Tesouro do Estado, o que não é verdade. As Prefeituras, que têm a maior parte do onus, não são mencionadas.

Temos em mãos impressionante documento da Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand."

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Deputado Edilson Alencar, V. Ex.ª

me concede um aparte?

**O SR. EDILSON ALENCAR** — Com todo o prazer.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — O assunto que V. Ex.ª traz à colação hoje, é realmente palpitante e de grande interesse nacional: o problema da autonomia dos municípios sobretudo no plano econômico e financeiro.

E a se falar em regime, não se sabe qual é o regime que nós estamos vivendo; para mim, é regime de ditadura, ainda. Ocorre, Deputado, que me parece que com a greta que se abre, pelo menos no proselitismo oficial de que haverá uma modificação, uma adaptação dessa ditadura para uma proximidade mais compatível com o regime democrático e, nessa enunciada abertura, já um Deputado do MDB, de São Paulo, Airton Sandoval, se apressa em fazer uma emenda para o Congresso apreciar, no sentido de modificar esse garroteamento que existe, hoje, com os Municípios. Todos, só o Governo não sabe; todos, até os mais humildes munícipes, compreendem que a situação financeira dos municípios é desastrosa, calamitosa, vergonhosa e, justamente, eu entendo que isso foi montado através da inteligência que assolou, digo, que aflorou na época da Revolução, no Planalto, para subtrair da deliberação dos Municípios a sua capacidade de manuseio com as finanças municipais através de uma organicidade que é própria do regime democrático; isso foi subtraído e, agora, o que se faz, o que se vê, é, realmente, uma pressão econômica e, sobre tudo, de caráter aprofundado nas vésperas das eleições, que todos os Governos acodem aqueles que eles têm interesse de eleger determinadas pessoas, então, começam a dizer que é prestigiado aquele Município e vai com verba, com cheques avantajados para que aquele prefeito se submeta a esse crivo, a esse sistema, a essa fórmula do Governo ter vantagem eleitoral. Isto é uma forma indireta de subtrair a autonomia dos municípios. E no plano da aplicação de verba, os municípios não podem pagar professores. Todas as obras do município, o Estado quer um concurso das Prefeituras; entretanto, Deputado, no meu entender, penso que tem que ser mudado, radicalmente, a sistemática de funcionamento. E é oportuno que esse Deputado coloque, já, à apreciação do Congresso Nacional, um projeto que modifica a sistemática de funcionamento; começa a ingressar no regime, verdadeiramente democrático, voltando, então, a autonomia dos municípios. Por exemplo, na construção de delegacias, nós, aqui, aprovamos todos os convênios e as prefeituras é que fazem, em última análise, todas as despesas, porque o Estado aparece como idealizador e o construtor, quando, na verdade, é o município que paga.

E eu penso que seria oportuno, já, o Congresso Nacional também apreciar uma proporcionalidade na arrecadação dos municípios; que as verbas arrecadadas para os cofres estaduais e federais, que se faça o bolo, não "o bolo do Delfim", mas, um bolo justo que, na divisão das receitas se coloque à disposição dos municípios, imediatamente; não um planejamento para o ano seguinte, como ocorre atualmente; mas, se coloque, imediatamente, à disposição do município porque, aí, os próprios munícipes vão se sentir movidos, interessados no desenvolvimento do município, porque sabem que a volta de tributos se faz, imediatamente, no orçamento, quem sabe, poderia se dizer, do mês seguinte àquela arrecadação. Então, é justo e eu presto uma homenagem a V. Ex.ª porque, realmente, traz à tribuna a discussão de um assunto de tamanha importância como é este.

**O SR. EDILSON ALENCAR** — Agradeço o valioso aparte de V. Ex.ª, cujos conceitos emitidos, abalizados, vieram, de forma eficiente, valorizar o nosso modesto pronunciamento.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — V. Ex.ª me concede um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Edilson Alencar, estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex.ª, na realidade, o Governo Federal tirou, em muito a autonomia dos Municípios e o que precisa pe-



lo pronunciamento do Presidente Figueiredo, é pretensão de dar um fortalecimento aos municípios. Mas V. Ex.<sup>a</sup> comete uma injustiça, ao querer debitar ao Governo Jayme Canet Júnior esta dificuldade porque têm passado os municípios. Porque nunca, na história do Paraná, os municípios paranaenses receberam tanta assistência direta do Governo, como no Governo Jayme Canet Júnior.

Tenho experiência no mandato que tive como Vereador, como Prefeito, vários Prefeitos nem conheciam estas verbas de fundo perdido, e que o Governador Jayme Canet levou pessoalmente aos municípios entregando, ajudando nas obras prioritárias do município, de interesse do próprio município. Ajudou no pagamento de professores, embora soubéssemos que era insuficiente para o pagamento daqueles professores mantidos pelo município, no Grupo Escolar, das serventes. Mas, ele triplicou o valor que vinha sendo pago anteriormente a estes municípios para esta ajuda, em todos os setores.

Nós sabemos que este concurso, o remanejamento da professora que saiu do seu município, tendo que se deslocar a outro município, houve um transtorno tremendo e estamos fazendo tudo para ter uma possibilidade de conciliar esta situação. Mas não podemos negar que tudo isto aconteceu em face da posição em que estava uma professora que ganhava pouco mais de um salário-mínimo, quando vem um concurso de promoção, e que a professora vai passar a receber três, quatro vezes mais do que recebia e que se propõe que escolha vaga onde exista, ela aceitou esta condição.

O que deveria ter sido feito, isto sim, promoção sem mudar do primeiro grau para o segundo, ou da primeira, quarta série para a quinta, oitava. Primeiro, uma promoção e depois uma segunda, a professora promovida na segunda eu duvido que ela aceitasse sair da sua cidade mesmo levando vantagem para ir para outra.

O Estatuto do Magistério criado também e aprovado no Governo Canet Júnior; o setor de salas de aulas não foi propagado e V. Ex.<sup>a</sup> sabe que é uma realidade mais de seis mil salas de aulas construídas no Estado do Paraná. Um programa extenso ainda para ser cumprido com recursos já previstos.

Nós não podemos, em todos os setores negar aquele trabalho desempenhado pelo ex-Governador Jayme Canet Júnior e tenho certeza que as falhas que ainda existam, e não negamos que não existam no ensino, terão de ser corrigidas pelo atual Governo Ney Braga, que já está procurando fazer um levantamento, porque não se pode resolver tudo num Governo, mas tenho certeza que haverá de ser corrigido.

Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> que os municípios precisam de mais fortalecimento, mas é um trabalho conjunto que nós haveremos de conseguir, com o municipalista junto ao Governo Federal para que dê mais recursos, para que o município tenha mais autonomia, porque com o município mais forte nós teremos um Estado e uma Pátria mais fortalecida.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pelo aparte, porém não posso concordar com V. Ex.<sup>a</sup>, quando diz que o Governador, o ex-Governador Jayme Canet Júnior prestigiou em muito o município paranaense, no que diz respeito a matéria tributária, apesar ser ela de competência constitucional estadual ou federal.

Se o Governador anterior beneficiou talvez alguns Prefeitos, foram exatamente talvez aqueles que V. Ex.<sup>a</sup> representa nesta Casa, porque tenho falado, conversado com inúmeros Prefeitos do Estado do Paraná e até hoje só tenho encontrado lamentações, injúrias por parte do Governo aos Prefeitos. Tenho notícias de Prefeitos da Arena que se rebelaram porque mereceram pouca atenção do Governo anterior.

Mas tenho aqui, Sr. Deputado, um libelo, um documento que não é um simples Relatório, mas é um libelo contra a omissão da União e do Estado, que se furtam por esperteza ao pagamento de pessoal dos serviços que mantêm no município em

referência. Leio para V. Ex.<sup>a</sup>, antes porém de ler este libelo, este documento onde uma Prefeitura do Paraná, eu quero ler, mais uma vez, a honra de conceder o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado.

Esperava que V. Ex.<sup>a</sup> fizesse referência, que o governo atendeu alguns municípios. Mas posso informar que na minha região, inclusive, os municípios que têm os Prefeitos do MDB e posso citar até a importância, foi ajudado neste município, que tem o Prefeito do MDB. E a prova está: no dia em que o governo transmitiu o cargo à noite, quase todos os Prefeitos paranaenses estavam lá, solidários e agradecendo o trabalho desempenhado por Jayme Canet Júnior, inclusive do MDB que eu encontrei lá na residência do Sr. Governador, agradecendo o trabalho desempenhado.

Claro que quando se pretende realizar alguma coisa, é preciso que se faça uma programação, que tenha um projeto, se existe uma erosão na sede do município, o governo não pode conceder sem ter uma programação às vezes, o que pode ter acontecido, é o município deixar de fazer uma programação e querer o benefício, omitindo simplesmente. Isso pode ter acontecido, mas não que tenha havido discriminação do governo para Prefeitos, representantes do seu município, eleitos pela legenda da ARENA ou do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os Tímpanos)

A Mesa informa ao nobre Deputado que está esgotado o tempo do Grande Expediente, entretanto, solicita da Liderança do seu Partido, que tem 15 minutos para o prosseguimento da sua oração, dentro do horário reservado ao MDB.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, procurarei ser bastante breve.

Mas, nobre Deputado, quero resumir: os encargos da Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, o que gasta ela, o que paga a Prefeitura, o que compete pagar a União e o Estado. Temos aqui no plano federal, resumidamente, o Prefeito de Assis Chateaubriand paga 25 mil 220 cruzeiros por mês; e no plano estadual paga de professores, paga 131 mil e 63 cruzeiros e 15 centavos. Multiplicando por 12, a Prefeitura de Chateaubriand paga quando competia pagar a União e o Estado, paga 1 milhão, 875 mil, 384 cruzeiros e 84 centavos. Ainda sem falar na ajuda, na manutenção da Delegacia de Polícia, da Acarpa, dos Correios e Telégrafos, que importa em mais 480 mil cruzeiros.

Portanto, o Município de Assis Chateaubriand paga dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro cruzeiros e oitenta e quatro centavos. Pagamento que ela paga indevidamente, porque competia pagar o Estado e a União. No entanto, recebeu do Estado apenas trezentos mil cruzeiros para professores, e da União não recebeu nenhum centavo. Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, sei que meu tempo está esgotado, gostaria de continuar a minha explanação, porém, antes disto, quero, neste instante, apresentar à mesa para apreciação desta Casa, o seguinte requerimento: (1º) "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ofício aos Ex.<sup>mos</sup> Srs. General João Batista Figueiredo, DD. Presidente da República, Mário Henrique Simonsen, Karlos Rischbieter e Ney Braga, Ministros do Planejamento, Fazenda e Governador do Estado do Paraná respectivamente, solicitando Emenda Constitucional visando a alteração da legislação tributária vigente para uma maior participação nas quotas pelos municípios com a consequente diminuição da participação da União e dos Estados.

Assunção, pela União e pelos Estados, da responsabilidade financeira pela implantação e manutenção dos serviços públicos em suas respectivas áreas, desonerando os orçamentos das Prefeituras de todo o País, que atualmente arcam com as referi-

das despesas.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1979.

(a) Edilson Alencar."

Era só, Senhor Presidente.— Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Consulto a liderança do MDB, se deseja ocupar o horário reservado à sua bancada. (Pausa) (Declina).

Da mesma forma, consulto a liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa) (Declina)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência registra, com satisfação, a presença no plenário, do Sr. José Luiz Del Ciel, Presidente da Câmara Municipal de Londrina.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a.DISSCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/79, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que determina através de despacho da Presidência, o arquivamento de Proposições, conforme especifica.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1.976. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1.977. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais Cristãos", com sede e foro na cidade de Irati. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/78, de autoria do ex-Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais de Cianorte — S.O.S.", com sede e foro no Município de Cianorte. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do Substitutivo, por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, na qualidade de Líder da ARENA, indicando os nomes dos Srs. Deputados Ezequias Losso, Lázaro Dumont, Quêise Crisóstomo e Augusto Carneiro, para comporem como membros efetivos, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que estudará o problema da Ecologia em nosso Estado.— **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Júlia Martinetz, ocorrido na cidade de Rio Azul.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Victor Furtado, ocorrido na cidade de São Jorge do Ivaí.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Victor Furtado, ex-vereador de São Jorge do Ivaí.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Alberto Campos Pacheco, ocorrido na cidade de Santa Isabel do Ivaí.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de louvor, aos Doutores Ari Dorival Mazzer, Juiz de Direito da Comarca de Londrina, e aos Promotores de Justiça, Osman de Santa Cruz Aruda e Sérgio Borges da Silva, pela corajosa participação no processo criminal em que envolveu a morte da menor Neila Ribeiro.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à RADIPAR, encarecendo seja estendido o serviço de transmissão de sinal das emissoras de televisão do Estado, aos Municípios de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e municípios adjacentes.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de urgenciar a construção da Escola Profissional "República Argentina".— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, objetivando a implantação de uma agência do referido Instituto, no Município de Formosa do Oeste.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DER, em forma de pedido de informações, sobre quantos metros de asfalto foi executado no perímetro urbano de Araruna.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao diplomata Bernardo Pericás Neto, pela sua indicação como porta-voz do Ministério do Exterior.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Doutor Alcides Munhoz Netto, ao paraninfar a turma de 1978, de Bacharéis em Direito da Universidade Federal do Paraná.— **Aprovado. (O discurso acha-se publicado no final desta ata.)**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a entrega dos telefones adquiridos pelos futuros usuários de Capitão Leônidas Marques.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos senhores radialistas, por terem sido os mesmos, atendidos com a lei que regulamenta sua profissão.— **Aprovado.**

Expediente de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, na qualidade de Líder do MDB, indicando os nomes dos Srs. Deputados, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, que estudará o problema da ecologia no Estado.— **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, e diversas autoridades, encarecendo Emenda



Constitucional, visando a alteração da legislação tributária vigente; para uma maior participação nas quotas pelos municípios com a conseqüente diminuição da participação da União e dos Estados.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(**Lendo**): "A injustiça, a incompreensão e a perseguição, foram, sem dúvida nenhuma, os fatores determinantes da nossa presença nesta Casa.

Não fosse isso, talvez, nosso rumo seria outro e digo porque.

Aqui estamos pela incompreensão de homens, que detendo o poder, e se julgando todo poderosos, onipresentes e oniscientes, a tudo e a todos, não admitiram que um servidor agisse, pensasse, se conduzisse de acordo com a sua consciência, de acordo com sua vontade e formação.

Refiro-me ao ex-Governador Jayme Canet, ao ex-Secretário da Segurança, General Alcindo Pereira Gonçalves e ao meu colega, Deputado Dácio Leonel de Quadros.

Não se trata de revanchismo e muito menos de vingança, mas sim, da pura expressão da verdade.

**Foram tantas as remoções em nossa carreira policial, que fomos obrigados a pedir exoneração.** As razões estão contidas em uma carta aberta, que endereçamos ao aludido ex-Secretário de Estado, a qual, foi plenamente divulgada. Consta, inclusive, dos Anais desta Casa.

Aqui estamos, por ter sido um policial de carreira, que nada mais fez, do que cumprir com o seu dever, ao ser honesto, imparcial, enérgico muitas vezes, porém, consciente de sua missão e que, por isso, foi tolhido em sua vocação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar da nossa intenção em abordar desta tribuna, no dia de hoje, temas institucionais defendidos e apregoados pelo programa do nosso Partido, tais como: eleições livres e diretas, para todos os cargos, que hoje são preenchidos de forma ilegítima e anti-democrática; anistia, ampla, geral e irrestrita, para todos os atingidos pelos atos excepcionais (de triste memória) acusados de terem cometido delitos de opinião; melhor distribuição da renda nacional, concentrada injusta e desumana nas mãos de poucos em detrimento de todo o povo brasileiro; convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, pressupostos básicos para que possamos ver restaurado o Estado de Direito Democrático, em nosso País, o que nos impele, efetivamente, a fazer uso desta tribuna, nesta hora, é o seguinte fato:

**Em 15 de outubro de 1970, na cidade de Londrina,** que honrosamente representamos nesta Casa, ocorreu um dos mais hediondos crimes, já visto em todo o Paraná.

Esse crime, desgrazadamente, traumatizou toda região Norte do Estado, e, em especial, a cidade de Londrina, que até hoje não o esqueceu.

Foi o crime que vitimou uma menina de apenas **11 anos de idade, NEILA RIBEIRO.**

E nós, como filho daquela região, da minha querida Bela Vista do Paraíso, nos recordamos muito bem, do trauma, que esse infausto acontecimento causou em toda a população regional.

Quiz o destino, que decorridos quatro anos do seu cometimento, fôssemos, contra a vontade de alguns, designado Delegado Adjunto da Sub-divisão Policial de Londrina e, a primeira coisa que nos despertou a atenção, além dos problemas naturais a nós afetos, foi saber da real situação ou fase das investigações alusivas àquele crime e outro que vitimou duas irmãs japonesas, o que, para surpresa nossa, evidenciou

que nada havia sido feito, a não ser dezessete páginas de mentiras dentro dos autos de inquérito policial.

Reiniciamos as investigações, pessoalmente, pois, apesar daquela Sub-divisão, contar à época com mais de cinquenta policiais, somente pudemos contar com poucos, principalmente com um velho policial, que era o único que, direta ou indiretamente, não tinha nenhum comprometimento com a **omissão vergonhosa e desumana** das autoridades encarregadas das investigações, até então.

Com muita honestidade de propósitos; com muita vontade de encontrar a verdade e não desprezando nenhuma pista, conseguimos, invocando sempre a proteção de Deus, pois, não éramos nenhum "Sherlok Holmes" e nem tínhamos bola de cristal, conseguimos, repito, quatro anos depois do fato, esclarecer e apontar à justiça, bem como, a toda comunidade, os verdadeiros autores do hediondo crime, os quais, por serem filhos de famílias influentes, política e economicamente, na cidade de Londrina, circulavam livremente pelas ruas da cidade, como se nada tivessem cometido, ocasionando, com isso, revolta em grande parcela da população.

E, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vemos que o nosso trabalho não foi em vão. Foi plenamente correspondido. Correspondido, graças a homens da descência e da dignidade de um Dr. Osman de Santa Cruz Arruda, Promotor de Justiça, que pediu a condenação dos réus; de um Dr. Sérgio Borges da Silva, digno Promotor de Justiça, que denunciou os acusados; correspondido, graças a homens da descência e da dignidade e do alto senso de independência e de justiça, de um Dr. Ary Dorival Mazzer, Juiz Criminal, que condenou os acusados.

Sentimos o quão gratificante é ser cumpridor do dever e quão gratificante é agir com honestidade de propósitos. Sentimos que valeu a pena lutar, mesmo diante dos sacrifícios pessoais e familiares.

Digo isso, porque, as ameaças foram muitas. Este fato, somado a outros, como o combate ao "Jôgo do Bicho", foram os responsáveis pela nossa saída de Londrina. Aliás, sobre este assunto, voltaremos em outra oportunidade. Foram os responsáveis por uma punição injusta, covarde e arbitrária a nós impingida pelo incompetente ex-Secretário da Segurança, antes referido, por termos afirmado em entrevista concedida à TV-Coroados de Londrina, ao sermos abordados a respeito dos chamados "Crimes Insolúveis" daquela cidade, "**QUE INSOLÚVEL PARA MIM É SINÔNIMO DE INOPERÂNCIA**", o que hoje, vem confirmar essa assertiva, com a tardia, porém, justa e esperada condenação dos réus, do crime que mais machucou Londrina, que é o da menor **NEILA RIBEIRO.**

Esta, para nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi a maior missão de nossa curta, porém, intensa carreira de Delegado de Polícia no Paraná.

Com isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Justiça do Paraná, em especial a de Londrina, vem demonstrar que não é tão cega, surda e muda, como se apregoam por aí, condenando os réus, cuja culpabilidade está demonstrada. Nós sabemos o quanto foi difícil acusá-los e imaginamos o quanto difícil foi para o Dr. Ary Dorival Mazzer, condená-los. É isso que engrandece os homens!

As oportunidades são poucas e os momentos muito menos. Fica pois, através deste exemplo de dedicação e justiça, um alerta e ao mesmo tempo um apelo a todas as autoridades judiciárias e policiais do Paraná, não importando a sua hierarquia, para que zelem mais pela justiça e segurança de nossa gente.

Quem sabe este caso de Londrina, sirva de alento e até de exemplo, aos responsáveis por este setor que é a Segurança Pública, tão importante quanto os demais setores da vida comunitária."

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Vossa Excelência permite um aparte?

**(Assentimento)** — Nobre Deputado José Tavares Neto, gostaria nesta oportunidade, em que Vossa Excelência pede à Casa um voto de louvor ao Juiz de Direito de Londrina, e aos Promotores, gostaria de prestar, a Vossa Excelência também, uma homenagem pela atuação de Vossa Excelência, quando Delegado de Polícia, com relação à sua atuação que, desvendou aquele crime. E desejo fazê-lo, não com minhas palavras, nobre Deputado José Tavares, mas, com as palavras dos próprios oficiais da nossa Polícia Militar, ditas em meu Gabinete, quando apresentei Vossa Excelência àqueles oficiais. Disseram não conhecê-lo pessoalmente, mas, conhecê-lo, pela atuação que Vossa Excelência, como Delegado de Polícia, teve em sua carreira.

Portanto, nobre Deputado José Tavares Neto, nossa bancada presta-lhe, nesta homenagem, através desta Liderança, homenagem justa, porque, bem sabemos dos perigos, das situações melindrosas por que Vossa Excelência atravessou para abrir caminho, a fim de que se fizesse justiça; bem sabemos de como Vossa Excelência, bem como os demais Delegados de Polícia de nosso Estado, muitas vezes encontram-se em situações de até abandono de carreira, mas, como Vossa Excelência teve a grandeza de sair de uma luta em que se via impossibilitado de continuar nela, teve a grandeza de pelear e de chegar aqui, e agora, aqui, pelo que Vossa Excelência está nos dizendo, de continuar esta luta, é que nós nos sentimos honrados com a presença de Vossa Excelência, dentro da nossa bancada.

Receba, pois, este cumprimento, que nada mais é do que o reconhecimento do trabalho que Vossa Excelência desenvolveu.

O SR. JOSÉ TAVARES — Obrigado pelo aparte e pelas palavras elogiosas, nobre Deputado Nilso Sguarezí.

**(Continua a leitura):**

"O Paraná e o Brasil, têm vivido momentos de tensão e insegurança, diante da violência institucionalizada, em face da escalada criminal.

Cada dia mais crimes ocorrem e poucos são os esclarecidos, aliás, sobre este assunto, pretendemos, em outra oportunidade, debatê-lo.

Hoje, ninguém mais tem segurança. Coloquemo-nos no lugar daqueles que foram ou tem sido vítimas de crimes.

Acho, inclusive, que agora, com o novo Governo, o Sr. Secretário da Segurança, bem como o Sr. Diretor da Polícia Civil, ambos recém empossados, por certo imbuídos daquela vontade natural de todo homem público que se inicia, de bem e fielmente desempenhar suas funções, procurarão saber das causas geradoras do crime. Não será ele fruto da nossa estrutura social? (tão injusta?). Não será ele fruto do êxodo rural, em face da exagerada mecanização das nossas lavouras? Não será ele fruto do desemprego em face da elitista política econômica e social imposta ao povo brasileiro? Não será ele fruto da ignorância de grande parcela da população? Não será fruto da impunidade motivada pela ineficiência policial, pela excessiva demora na tramitação dos processos, pela omissão e pelos privilégios concedidos aos poderosos e aos encastelados no Poder? Ou não será ele fruto da própria violência dos homens ou quem sabe em decorrência da miséria espalhada por milhares de lares brasileiros?"

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — **(Tímpanos)**—

Nobre Deputado Tavares, o tempo de Vossa Excelência, para Explicações Pessoais, está esgotado. Entretanto, o Regimento interno lhe faculta mais quinze minutos e a Presidência lhe concede quinze minutos para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado.

"Está aí, pois, o desafio para quem chega. As esperanças se renovam. Sabemos que a Polícia do Paraná, em especial a Civil, que conhecemos bem de perto, tem homens capazes

e valorosos. O que lhes falta, talvez, é motivação ou quem sabe, o critério que vem sendo adotado pela cúpula da segurança, no que tange à distribuição de tarefas não seja muito eficaz e aqui, permitam-me, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para exemplificar este fato.

Recentemente, a imprensa do Paraná e do Brasil vem denunciando fatos de violências, geradas pelos crimes que têm acontecido em Cascavel, uma cidade apenas, para justificar o que vem ocorrendo em todo o Paraná, mas este fato ocorrido em Cascavel, me chamou a atenção para o aspecto de que toda a comunidade do Oeste do Paraná, centralizada numa cidade como Cascavel, que merece todo o meu respeito, se viu em pânico diante da onda criminal, e as autoridades encarregadas deste setor naquela cidade, se bem os conheço, nada têm feito, porque são omissos, nada têm feito, porque são negligentes, nada têm feito, porque são covardes.

Veja, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com relação a Cascavel, o que foi feito: o ex-Secretário da Segurança Pública do Paraná, que já foi tarde, de triste memória, ao designar uma autoridade para presidir os procedimentos em caráter especial, em Cascavel, ao invés, dada a gravidade dos fatos, preocupado em escolher um policial que seja digno, honrado e que seja, acima de tudo, independente e competente, ele manda o que tem de pior na Polícia do Paraná. É visível o desrespeito à comunidade de Cascavel."

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Com o máximo prazer.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Quero me congratular com Vossa Excelência, pelo socorro que vem dar a Cascavel, porque, eu já estou extasiado diante de tantos absurdos que acontecem na Capital do Paraná.

É absolutamente impossível que as autoridades não enxerguem, mesmo sendo colocadas a par de toda essa situação. Homens inocentes, algemados com as mãos para trás, sendo mortos pelas costas pela polícia, comerciantes sendo assaltados, com participação da polícia e quantas vezes nós tivemos gestões e só não viemos para esta tribuna, nobre Deputado, para não desmerecer o prestígio que Cascavel goza, a nível nacional e não por causa das autoridades, mas porque representa uma comunidade que trabalha, que acarreta divisas e, falo sempre em divisas, porque o Governo só se interessa por dinheiro nos cofres públicos, para realizar as suas obras. É o que se pode entender, porque não é possível que, delegados como esse - e como tantos outros -, como já ocorreu até em Nova Aurora, que delegados, mandando fazer prisões arbitrárias, com o crivo da Secretaria da Segurança e quantas gestões nós fizemos aqui em Curitiba - é verdade, calados, sem vir à tribuna, mas quantas vezes nós gastamos solas de sapatos indo para a Secretaria, telefone sendo tilintado na Secretaria e quantas gestões de Cascavel, até das autoridades de Cascavel e a polícia, bela e formosa, dormindo num berço de toda a insegurança do povo de Cascavel.

Não é possível suportar mais isso, e não nos calaremos mais, principalmente eu, não me calarei mais aqui, com fatos como esse, mas muito menores do que esse. Não haveremos de nos calar, não a nível de Assembléia, mas a nível de bancada, a nível de Estado, para chamar à responsabilidade, o Governo e o Estado.

Espero que o Governo do Estado faça um saneamento, como disse o meu nobre companheiro de Universidade, Luiz Chemim Guimarães, que vai colocar policiais adequados, não para resguardar o patrimônio só, como disse ele na televisão; mas, para resguardar a integridade física e moral dos cidadãos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu que agradeço, nobre Deputado Fidelcino Tolentino, e, realmente, entendo que Cascavel,

com a sua importância dentro do Paraná, não merece, efetivamente, o tratamento que foi dado até aqui, em termos de segurança pública. Conheço muito bem, o Delegado Chefe que, até hoje, se acha em Cascavel.

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de finalizar este meu modesto e despretencioso pronunciamento, gostaríamos de destacar o trabalho da imprensa falada, escrita e televisada, que liderou uma campanha de esclarecimento público sobre as graves irregularidades que ocorreram na fase inicial das investigações policiais, bem como, das tentativas de pessoas influentes que fizeram, para impedir a ação serena e independente, da justiça paranaense, que se destaca, nesse caso, no cenário, com mais esta lição de civismo e de cumprimento de sua elevada missão.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados,..."

**O Sr. Nestor Baptista** — Deputado Tavares, Vossa Excelência, me concede um aparte? — **(Assentimento)** — Deputado Tavares, pelo que pude deduzir das suas palavras e, também, do companheiro Fidelcino Tolentino, chega-se à conclusão que a inoperância, a negligência e a covardia, plagiando as suas palavras, partem de cima e encontram uma recepção e um reflexo, muito grandes, por parte dos policiais que deveriam executar os trabalhos. Vai daí que a pergunta que lhe coloco é de que, tem, hoje, o Paraná, homens capazes, capacitados, no duro, para desenvolver um trabalho que dignifique a polícia do Paraná e possa transformar o desejo do povo numa autêntica realidade?

**O SR. JOSÉ TAVARES** Nobre Deputado, a Polícia Civil do Paraná, que é a que mais de perto nos toca, porque a ela pertencemos durante quase 8 anos, tem policiais decentes, dignos, honestos e honrados. Mas, vejamos bem - são muito poucos; e eu quando delegado, no exercício das minhas atribuições, tive o desprazer de denunciar por muitas vezes, policiais corruptos, policiais, como neste caso de Neila Ribeiro, veja bem nobre Deputado, crime que vitimou uma menina de 11 anos, estuprada e asfixiada, neste caso, teve delegados de carreira que hoje ocupam cargos importantes, inclusive, em Curitiba, que se omitiram, covardemente; que negligenciaram, que sumiram com pelas, objetos importantes para o esclarecimento do fato. Então, veja nobre Deputado, que isto é coisa que revolta qualquer pessoa, por mais insensível e desumana que seja, e, é por isso que nós, hoje, ocupamos a tribuna. A minha bandeira será, não é segredo para ninguém - segurança pública, Sr. Presidente; segurança pública com seriedade; segurança pública sem pensar em partido; pensando, isto sim, na segurança das famílias paranaenses; na melhor justiça e na tranquilidade dos nossos filhos.

**O Sr. Edilson Alencar** — Sr. Deputado, permite um aparte? **(Assentimento)** — Inicialmente, parabéns Vossa Excelência, pelo brilhante pronunciamento que, hoje, faz da tribuna. E quando Vossa Excelência diz que desconhece a existência de policiais honestos, neste Estado, concordo plenamente com Vossa Excelência. E não poderia, nesta oportunidade, deixar, também, de dizer a esta Casa e ao Paraná, que por Assis Chateaubriand desfilaram, pela Delegacia de Polícia, delegados corruptos, inoperantes, incompetentes. E dentre tantos que por lá passaram, quero registrar a figura de um Delegado de Polícia que deixou saudades para a população laboriosa de Assis Chateaubriand - foi o Dr. Orlando Pires, advogado, que, talvez, Vossa Excelência o conheça. Esse cidadão que lá estava fazendo, realmente, justiça policial, quando abriu um inquérito para punir desrespeito à lei, de cidadão ligado a Colonizadora Norte do Paraná, simplesmente esse delegado foi de lá removido, porque não defendia interesses ilegais de uma companhia de terras da cidade de Chateaubriand. O atual Delegado de Polícia de Assis Chateaubriand, e digo aqui o nome dele, Dr. Pacheco, que talvez Vossa Excelência conheça, há poucos dias, ele teve a coragem de ir para a rádio da minha cidade e defender um bandido, chorar sobre

o seu cadáver. E, ainda em outra ocasião, vai para a emissora de rádio de Assis Chateaubriand, defender um assassino que, em pleno dia, ao meio-dia, tira a vida de um pacato e honrado comerciante da nossa cidade.

E o que fez ele, em seguida? O Delegado de Polícia que precisaria punir, elaborar um inquérito imediato, que fez o Delegado? Foi para a emissora de rádio alegar, defender o assassino, dizendo que o assassino agiu em legítima defesa, preparando a opinião pública e fazendo um pré-julgamento.

Sr. Deputado, coisas estranhas e absurdas como esta ainda acontecem neste Estado. Não sei porque, não sei a razão.

Era apenas o registro que gostaria de fazer e fiz, agradecendo o aparte que me concedeu. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ TAVARES** — Eu é que agradeço o aparte do nobre Deputado Edilson Alencar. "Sr. Presidente, Srs. Deputados, finalizando, gostaríamos que este nosso modesto pronunciamento, brotado da nossa sede de justiça, fosse consignado nesta Casa, consignado com um voto de louvor e do mais profundo respeito às pessoas do Dr. Ary Dorival Mazzer, digno e honrado Juiz Criminal de Londrina; bem como dos doutores Osman de Santa Cruz Arruda e Sérgio Borges da Silva, dignos e não menos honrados Promotores de Justiça, por este ato de pura coragem e de justiça, que por certo, em muito engrandecerá a Justiça do Paraná, solicitando que as referidas autoridades sejam cientificadas, através do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e da douta Procuradoria Geral da Justiça, respectivamente.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que de acordo com o Regimento Interno, Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ TAVARES** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

"Eu, para encerrar este meu pronunciamento, gostaria Sr. Presidente, Srs. Deputados, que todos nós parlamentares que pertencemos a esta Casa, que nos preocupamos com uma série de problemas existentes em toda a comunidade, também nos dediquemos um pouco mais, ARENA e MDB, para os problemas da segurança do Paraná. Porque aquilo que disse em meu pronunciamento, nós só vamos dar valor ao problema da segurança, na medida em que o nosso filho, na medida em que nossa casa for assaltada, na medida em que um membro de nossa família for atingido pelos criminosos.

O mundo é violento; o momento é um momento de muita violência não só no Paraná como no Brasil, mas nós temos a responsabilidade de alertarmos as autoridades e denunciarmos a estas autoridades fatos como este que hoje, nove anos depois, graças a figura de Justiça de alguns homens, chegou a seu fim, com a justiça sendo distribuída efetivamente.

Muito obrigado, Srs. Deputados."

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa registra com satisfação a presença, em nosso Plenário, do Sr. Neuto Galdino, Prefeito Municipal de Terra Rica.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da proposição n.º 40/79.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 139 e 140/78.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO, EM SESSÃO DO DIA 21 DE MARÇO DE 1979.**

**"A SOBERANIA DO DIREITO**

Alcides Munhoz Netto, aos seus paraninfos, bacharéis em Direito de 1978.

Que importa os raios trovejem  
Nas florestas do existir.  
Parti, pois, Homens do livro!  
Podeis ousados partir  
Pois sereis ..., vindos com glória  
Ou morrendo na vitória...  
Homens do livro da História  
Dessa Bíblia do porvir!

(Castro Alves, Aos Estudantes Voluntários).

Meus queridos afilhados:

Não é esta uma oração de despedida. Não se despedem os que se irmanam no mesmo credo. Profissionais da lei e do Direito, falamos a mesma língua e comungamos dos mesmos ideais. Continuaremos, portanto, a caminhar juntos, pugnando por idênticas conquistas. Também não é esta uma aula a mais. Com aulas já vos massei ao longo do curso que concluístes. Acho que o momento é mais apropriado para uma reflexão. Reflexão em torno do que vivestes na Faculdade de Direito. E reflexão sobre as responsabilidades que assumireis, na etapa que ora se inicia.

Estudastes Direito numa época em que o Direito esteve em crise no Brasil e vossa formatura ocorre quando a nação dá os primeiros passos para o almejado restabelecimento do Estado de Direito e da plenitude democrática. Como universitários testemunhastes a negação do Direito pela força; como bacharéis tereis que pugnar pela supremacia do Direito e superação do arbítrio, para a consecução do princípio "rule of law", com governo da lei e não dos homens.

Reflexo da crise institucional dos anos sessenta, a crise do Direito decorreu da supressão das garantias da liberdade. A pretexto de garantir a ordem pública e de assegurar o desenvolvimento econômico, implantou-se o arbítrio desenfreado. O Poder Judiciário perdeu a autonomia e independência, passando a sofrer aberta intervenção do Executivo. A imprensa foi amordaçada e perseguida. A atividade política reduziu-se à participação em partidos artificialmente criados, não para exercer o poder, mas para apoiar sempre ou fazer oposição consentida ao governo. Restringiu-se o direito do povo de escolher seus governantes: o sistema tornou-se o eleitor exclusivo dos chefes dos Executivos da União e dos Estados e de um terço do Senado da República. As reformas da Constituição e das leis passaram a ser impostas por vontade única. O fantasma da sumária perda de mandatos, por ato imotivado do governo, impediu o Legislativo de influir na formação do Direito. A elaboração das leis foi, em grande parte, transferida para tecnocratas despolitizados e sem responsabilidades perante o povo. Os meios de comunicação passaram a ser manipulados, para a propaganda oficial exaustiva, "impondo modo de sentir, pensar e até de comer, por vezes com cunho educativo, mas gerando em cada um o falso orgulho de partícipe obediente do plano de desenvolvimento dirigido pelo governo" (Dalmo Dalari). Violou-se o princípio da igualdade com as cassações de direitos políticos, que dividiram os brasileiros em cidadãos de primeira e segunda categoria. Criou-se um feroz sistema repressivo, com total insegurança para os direitos do indivíduo, mercê de definições vagas e elásticas de novos crimes contra a segurança do Estado e proibição, neste campo, do remédio constitucional do "habeas corpus", com a conseqüente concessão de um "bill de indenidade" para toda a sorte de excessos na atividade

policial. Ressuscitou-se a pena de confisco de bens, aplicável mediante mera investigação sumária, sem que o suspeito de corrupção pudesse exercer o direito de defesa ou submeter o ato que o atingira a posterior controle jurisdicional.

Foi este o clima que vivestes nos cinco anos de aprendizado da ciência jurídica; clima de total negação dos postulados do Estado de Direito democrático; clima capaz de acarretar a descrença na legitimidade e na soberania das leis e provocar deserções nas hostes dos lidadores do Direito, mas clima apto, também, para retemperar forças e solidificar a crença na prevalência, afinal, da idéia da Justiça, baseada na autonomia moral do ser humano, "a quem se deve reconhecer uma dimensão jurídica que o Estado ou a coletividade não podem sacrificar *ad nutum*" (Bettioli). Terá sido, certamente, esta a convicção que vos estimulou a completar a caminhada, aguardando o fim da borrasca. Os regimes de despotismo são terríveis como as tempestades, mas efêmeros e episódicos como elas. Acerca deles, cabe repetir com o poeta: "É chuva de verão. Vai passar. E passou" (Agripa de Vasconcellos).

Bem o sabeis, porém, pela experiência vivida e pelos ensinamentos recebidos na Universidade, que a nossa tempestade institucional apenas amainou. A mera revogação das leis excepcionais não restaurou no país o Estado de Direito democrático. É que a última reforma constitucional substituiu o AI-5, pelas "salvaguardas", instrumento de cômoda reconversão ao Estado autoritário, através da supressão arbitrária e incontrolada de garantias e direitos individuais.

Ora, é precisamente o respeito aos direitos humanos que caracteriza o Estado de Direito. Não basta ter uma Constituição e um sistema de leis para tê-lo. Os regimes totalitários também as possuem. Mas, como tais normas são passíveis de supressão ou alteração pela vontade incontrastável do autocrata, só ilusoriamente asseguram direitos aos seus destinatários. Nas ditaduras, os direitos individuais são meras concessões do Estado: como benesses, podem ser subtraídos a qualquer tempo, sem que os prejudicados disponham de qualquer remédio para preservá-los. É certo que os Estados de polícia, com sistemas cegamente baseados em sua validade exclusiva, também aspiram a qualificação de Estado de Direito. Mas só o são sob uma perspectiva formalista, de cru positivismo jurídico. Hoje está superado este sentido puramente formal do Estado de Direito, só se considerando como tal o Estado que reconheça, de modo absoluto, os direitos fundamentais do homem (A. Castanheira Neves). Como proclamou Queiroz Lima, "sendo o arbítrio incompatível com a liberdade individual, pode-se dizer que o traço político pelo qual se reconhece o Estado de Direito, é o grau de garantia de que são cercados os indivíduos". Substancialmente, portanto, o Estado de Direito é o que se auto-limita para respeitar os direitos individuais. Com maestria, afirma vosso patrono, o eminente Professor Ary Florêncio Guimarães, que "no Estado de Direito, a autoridade deve ser posta a serviço das liberdades da pessoa humana, sem prejuízo dos legítimos e superiores interesses da coletividade".

Desconhecidos na antigüidade, afirmados pelas Revoluções Francesa e Americana, contestados pelo Nazi-fascismo bem como pelo comunismo e reafirmados, com um cunho social, pelas democracias modernas, os direitos humanos estão consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU. Visam assegurar liberdades fundamentais e liberdades complementares. Liberdades fundamentais são: a **igualdade**, como condição primeira para prevenir a opressão; as **liberdades da pessoa**, que garantem a sua integridade e autonomia; os **direitos políticos de votar e ser votado**, para que todos participem nos negócios públicos; o **direito de propriedade**, posto que nada sustenta mais a liberdade do indivíduo, que a posse de seus bens. Liberdades complementares são as indispensáveis ao exercício das fundamentais. Não se trata

de liberdades secundárias, mas de condições que dão efetividade aos demais direitos. Compreendem as liberdades de pensamento, entendidas como tais as liberdades de imprensa, de religião, de associação e de reunião. Abrangem, também, uma gama de direitos econômicos ou sociais, que criam ou melhoram as condições de liberdade, entre as quais o direito ao trabalho, o direito sindical, o direito de greve, a liberdade do comércio e da indústria. (Jean Roche).

Estes direitos do homem têm de se revestir de um valor supra-constitucional, no sentido de obrigar moralmente os legisladores a respeitá-los e de servir como critério decisivo aos juízes, na interpretação e aplicação das normas. O Estado de Direito, desta forma, reveste-se de uma conotação jusnaturalista, no sentido de não perder nunca de vista o respeito à personalidade do homem, com sua autonomia e liberdade de decisão. Tem razão Coing quando afirma que o núcleo do jusnaturalismo moderno está nos direitos do homem, baseados na exigência de respeitar a sua dignidade, como pessoa moral, postulado contido na própria idéia de Direito.

Papel relevante, em tais sistemas, assume o princípio da separação dos poderes, indispensável a que não haja um divórcio entre o conceito abstrato e dogmático dos direitos humanos e sua realização prática e efetiva. Não se trata de simples discriminação de competências entre os órgãos do Estado. Necessários a que o princípio se concretize são um Judiciário independente e um Legislativo livremente escolhido pelo povo. Ao contrário do Estado absoluto, em que o governante é monopolizador do poder e o governado mero destinatário, o Estado de Direito implica submissão do Estado-governo ao Estado-sociedade (Antônio Hernandez Gil).

Nunca é demais repetir que a independência do juiz é condição de sua imparcialidade. Para garantir os direitos do ser humano, não pode ele estar submetido a qualquer fator que lhe tolha a liberdade de dizer o Direito e exercer a sua jurisdição, obediente apenas à lei e à sua consciência. Consoante, salientou Eduardo Couture, *"da dignidade do juiz depende a dignidade do Direito. O Direito valerá em um país e em determinado momento histórico, o que valham os seus juízes como homens. O dia em que os juízes tiverem medo, nenhum cidadão poderá dormir tranqüilo"*.

A independência do Judiciário deve vir aliada a ampla faculdade de exercício do direito de invocar a prestação jurisdicional. Afirma Moniz de Aragão que, no Estado de Direito, é inaceitável qualquer restrição de natureza meramente política ao exercício do direito de ação, cuja possibilidade jurídica não deve ficar à mercê de normas como as que subtraem à apreciação do Poder Judiciário a lesão de direitos individuais, desde que praticados à sombra dos chamados atos institucionais. Pensa o eminente processualista ser *"recomendável que se processe uma revisão do conceito de legitimidade para agir, a fim de lhe dar maior elasticidade, de modo que o direito de ação, em se tratando de proteger garantias constitucionais, não fique exposto ao risco de o interessado não poder exercê-lo, cedendo pressões, por falta de meios ou temor de represálias"*.

Reclamado por João XXIII, o direito de participar ativamente da vida pública e de trazer assim a sua contribuição pessoal ao bem comum dos cidadãos, realiza-se através do Legislativo. Acentua José Lamartine Correia de Oliveira, que quando eleito pelo voto direto e secreto, o Legislativo é o poder mais estreitamente vinculado ao povo, através do qual o povo tem a possibilidade de modificar o direito positivo.

De tudo isto se vê que, substancialmente, o Estado de Direito só se realiza com a democracia, isto é, com o sistema em que haja um autêntico consentimento popular para embasar o legitimar as decisões governamentais.

Governo da maioria que respeita os direitos das minorias, o sistema democrático pressupõe a existência legal da Oposição.

Oposição não apenas tolerada, mas respeitada como peça essencial do mecanismo político e com possibilidade de tornar-se governo. O respeito aos direitos das minorias impede, também, que se lhe imponha qualquer ortodoxia. Neste sentido, *"u'a maioria católica não pode impor a toda a população essa confissão religiosa, como u'a maioria de materialistas históricos, de partidários de música clássica ou da pintura expressionista, não poderia tornar obrigatórias, amparadas pela força do Estado, essas preferências ideológicas ou artísticas"* (Nelson de Souza Sampaio). Da mesma forma, o respeito às minorias veda uso monopolístico dos meios de comunicação, para que os detentores do poder imponham determinada ideologia, com o uso até de técnicas subliminares, *"através de filmes e slogans aparentemente inocentes, mas condicionadores das consciências, que tornam o falso verdadeiro e os espíritos submissos. Nas democracias, há de ser livre o acesso dos partidos políticos aos diversos meios de comunicação, com um direito de crítica e de resposta"* (M. Reale Júnior).

Corolário do respeito aos direitos da minoria é, ainda, a abolição dos delitos políticos de opinião. Nas democracias pluralistas, há maior tolerância em relação aos opositores, não se punindo a simples enunciação de pensamentos contrários às idéias dominantes. Só se proíbe as manifestações de pensamento aptas a conduzir a ações criminosas, ou como quer Nuvolone, as manifestações teleologicamente orientadas a suscitar ataques contra o sistema democrático.

Sob outro aspecto, próprio das democracias, é a preservação da ordem através de meios normais. Na feliz análise de Nelson Nogueira Saldanha, *"enquanto nas soluções totalitárias se agigantam as preocupações com a segurança, como um novo Leviatã, nas soluções democráticas, a segurança é um problema entre outros, por ser um valor entre outros, que não prevalece sobre o da legitimidade do poder, nem sobre o do bem-estar do povo ou o das liberdades pessoais. Nas soluções totalitárias, o problema da defesa do status quo absorve todos os demais valores, em nome de uma ordem que é definida de cima para baixo. Mas nas soluções democráticas a defesa da Constituição não pode estar senão em institutos constitucionais: confiá-la a dispositivos metaconstitucionais e supra-jurídicos, é manter a constitucionalidade em situação de permanente fratura. Estabelecer repressão constante em nome da preservação da ordem constitucional é desnaturar inteiramente os princípios do Estado de Direito"*.

Nas ocasiões normais, a defesa da ordem constitucional realiza-se através das normas que incriminam os atentados contra a segurança interna ou externa da Nação. É claro que o Estado não pode tolerar, sem negar-se a si próprio, a atividade dos que, valendo-se das liberdades que ele assegura, queiram terminar com a própria liberdade. Mas, protege-se o Estado para que ele possa garantir as liberdades individuais. Por isso, a repressão aos chamados delitos políticos tem de observar os princípios democráticos, da objetividade naturalística e jurídica da ação, da legalidade, da culpabilidade e da proporcionalidade da pena.

Nos momentos de grave perturbação da ordem ou de ameaça de sua irrupção, assim como em situações de guerra, as democracias utilizam-se do Estado de Sítio, decretável por tempo certo, em lugar demarcado, com aprovação do parlamento, durante cuja vigência só podem ser tomadas contra a pessoa as medidas expressamente consignadas na Constituição, medidas sempre susceptíveis de controle jurisdicional. O Estado de Sítio, como afirma Godofredo da Silva Teles Júnior, é uma salvaguarda do Estado contra a subversão autêntica, isto é, contra as insurreições armadas e as grandes sublevações populares dirigidas contra as instituições. E é uma salvaguarda do cidadão nos períodos de crise, porque o coloca a salvo dos excessos de poder. O Estado de Sítio é uma típica salvaguarda constitucional, em regime de respeito pela pessoa humana. Não se compa-

dece a democracia com outras *salvaguardas*, que permitam, pela vontade única do Executivo, o pronto restabelecimento do governo de fato.

Perdoai-me por estar, nestas reflexões, insistindo em alguns conceitos de que adquiristes pleno domínio no decorrer do Curso de Direito. Acho, entretanto, que cotejados com a atual realidade brasileira, dão eles a justa medida do que ainda resta a fazer para que cesse de todo a tempestade já amainada. E nesse esforço para alcançarmos a plena restauração do Estado de Direito democrático, é de indisfarçável importância a contribuição que podeis dar como profissionais da lei e, portanto, habilitados a defender, com autoridade, a causa da soberania do Direito, isto é, do estabelecimento de um sistema, em que se verifique um autêntico reconhecimento do homem pelo homem, em que todos e cada um sejam chamados a participar comunitariamente, com o seu direito e sua liberdade.

Meus queridos afilhados:

Permiti, agora, que eu deixe falar o coração, único que pode dizer de minha felicidade e do justo orgulho de que estou possuído, pela escolha com que me distinguistes. Honra maior não pode aspirar o professor, do a que ser paraninfo dos alunos, cuja formação procurou orientar. O paraninfo é uma das mais insígnias lúreas universitárias. Não apenas porque é o reconhecimento de que o professor esteve à altura de suas responsabilidades. Mas, sobretudo, por ser o atestado eloquente das amizades que conseguiu angariar. E trata-se de um afeto especial, porque, segundo a Larousse, paraninfo era o amigo do noivo

que ia buscar a noiva na casa de seus pais. Alegro-me, sobremaneira, que me tenhais julgado digno de conduzir à vossa presença a bela e arredia Justiça, vossa noiva nesta cerimônia de iniciação. Alegro-me, ainda mais, a honrosa companhia que me proporcionastes, colocando-me à frente dos homenageados especiais e ao lado do patrono e do professor que dá nome à turma. Antônio Acir Breda, Luiz Chemin Guimarães, Antônio Alves do Prado Filho, Rubens Requião e Fernando Andrade de Oliveira, são mestres que enobrecem o corpo docente da nossa tradicional Faculdade de Direito, pela profundidade de seus conhecimentos, brilho de suas inteligências, espírito público e dedicação ao ensino. A José Munhoz de Mello e a Ary Florêncio Guimarães, acostumei-me a admirar, desde os meus tempos de estudante. Acompanhei-lhes as vidas profícuas. Testemunhei o quanto engrandeceram as relevantes funções públicas que exerceram: um, como Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, Presidente do Tribunal de Justiça e Secretário de Estado; outro, como membro do Ministério Público, chefe dessa instituição e, depois, Desembargador pelo Quinto Constitucional. Apreciei a honradez e a proficiência com que ambos exerceram a mais alta judicatura do Estado. E, como vós, dele aprendi e continuo aprendendo Direito Constitucional e Direito Judiciário Civil.

Muito obrigado pelo carinho da escolha; muito obrigado pelo destaque entre professores tão ilustres; muito obrigado, também, pela generosa atenção com que acabais de me ouvir”.